



Marco Santos/USP Imagens

**Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book
Programs: relações internacionais
e políticas editoriais para um Brasil
"em desenvolvimento" (1965-1971)**

Laura de Oliveira Sangiovanni

resumo

Em 1965, foi criado o Instituto Roberto Simonsen. O instituto era dotado de um setor específico destinado às publicações, o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), em cujo rol de atividades estavam incluídas as traduções de livros estrangeiros. A despeito de uma noção de desenvolvimento voltada à solução dos “problemas nacionais”, o CBD atuou em conformidade com o pensamento de Simonsen a respeito da relação entre capital nacional e investimentos estrangeiros, dependendo da parceria com uma instituição norte-americana, o Franklin Book Programs, para a consecução de suas atividades. Este artigo trata das relações entre as duas instituições e do modo como um nacionalismo mitigado, compatibilizado com a agenda norte-americana durante a Guerra Fria cultural, definiu os contornos das políticas editoriais do instituto para o desenvolvimento de um Brasil industrial.

Palavras-chave: Instituto Roberto Simonsen; Franklin Book Programs; políticas editoriais; desenvolvimentismo; Guerra Fria cultural.

abstract

In 1965, Roberto Simonsen Institute was created. The institute had a specific sector dedicated to publications, the Library Science Center for Development (CBD), whose list of activities included translations of foreign books. Despite a notion of development aimed at solving “national problems”, the CBD acted in accordance with Simonsen’s thinking regarding the relationship between national capital and foreign investments, depending on the partnership with a North American institution, Franklin Book Programs, to achieve its activities. This article deals with the relations between the two institutions and the way in which a mitigated nationalism, made compatible with the North American agenda during the cultural Cold War, defined the contours of the institute’s editorial policies for the development of an industrial Brazil.

Keywords: Roberto Simonsen Institute; Franklin Book Programs; editorial policies; developmentalism; cultural Cold War.

No dia 25 de maio de 1948, Roberto Simonsen morreu em plena Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, enquanto recepcionava o primeiro-ministro da Bélgica, Paul van Zeland, que estava em visita oficial ao Brasil (Barreto, 2017). Imediatamente após o seu falecimento, a Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo (Fiesp) criou o Fórum Roberto Simonsen, um espaço de discussão sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro, que, a partir de 1965, passaria a se chamar Instituto Roberto Simonsen (IRS), situado no Viaduto D. Paulina, 80, 4º andar, em São Paulo, de natureza jurídica distinta do fórum, com maior autonomia financeira e voltado às atividades culturais.

A criação do Fórum Roberto Simonsen e de seu congênere, o Instituto Roberto Simon-

sen, põe em relevo uma profícua discussão historiográfica sobre o papel das fundações na Guerra Fria cultural. O instituto valeu-se de uma parceria fundamental e ainda pouco explorada pela historiografia¹ com um pro-

1 Sobre o Franklin Book Programs, conferir os artigos "Publishing American Values...", de Louise Robbins, e "Books in the Cold War...", de Trysh Travis (2013), e o livro *Taking books to the world...*, de Amanda Laugesen. Sobre a atuação do programa no Brasil e, em particular, sua relação com o Instituto Roberto Simonsen, conferir trabalhos historiográficos tais como *O livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, e a dissertação de mestrado *Páginas golpistas...*, de Martina Spohr Gonçalves. Uma análise mais detida sobre a atuação do Franklin no Brasil está no livro *Guerra Fria e política editorial...* e no verbete "Franklin Book Programs: Guerra Fria e imperialismo cultural norte-americano", na plataforma *Transatlantic Cultures*, ambos de Laura de Oliveira Sangiovanni.

LAURA DE OLIVEIRA SANGIOVANNI

é professora de História Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e autora de *Guerra Fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)* (Eduem).

grama não governamental norte-americano chamado Franklin Book Programs, cujo marco fundador foi um evento realizado na Biblioteca do Congresso (Library of Congress), em Washington, D.C., em 1951, promovido por bibliotecários e editores vinculados ao Comitê de Relações Internacionais (International Relations Committee) da Associação Americana de Bibliotecas (American Library Association) e ao Comitê de Comércio Exterior (Foreign Trade Committee) do Conselho Americano de Editores de Livros (American Book Publishers Council), que viria a se tornar a Associação de Editores Americanos (Association of American Publishers). Dedicado à promoção do mercado editorial e ao incentivo às práticas de leitura durante a Guerra Fria, o programa foi justificado pela carência de livros nos países “em desenvolvimento”. Sua principal atividade eram as traduções de livros originalmente publicados no mercado editorial anglófono, mas o programa também se dedicava à “publicação de revistas semanais, dicionários e enciclopédias; treinamento e apoio técnico a livreiros, editores, revisores, ilustradores e profissionais da indústria gráfica; realização de eventos associados à produção editorial; e formação de bibliotecas escolares” (Oliveira, 2022).

O Instituto Roberto Simonsen era dotado de um setor específico destinado às publicações, o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), em cujo rol de atividades estavam incluídas as traduções de livros estrangeiros. Ele havia sido escolhido como uma das duas sedes do Franklin Book Programs no Brasil: a outra era o Centro de Bibliotecnia (CB) do Ipês, na Guanabara (Rio de Janeiro), ins-

tituição patrocinadora e gestora do Golpe Civil-Militar de 1964. Ambas haviam se tornado epicentros da presença do programa norte-americano no Brasil na virada de 1964 para 1965, e a escolha do IRS foi justificada por Wilbur Knerr, diretor do Franklin para a América Latina, porque a nascente fundação previa, no rol de suas atividades, projetos de incentivo ao livro e à leitura, o que a compatibilizava com os interesses do programa.

Correntes de interpretação gramscianas têm reforçado que, apesar de sua imagem de “imparcialidade científica, neutralidade político-ideológica e de estarem acima do mercado e independentes do Estado” (Parmar, 2012, p. 2), as fundações foram fundamentais para defender um capitalismo global reformado, organizado politicamente por um Estado de bem-estar social. Embora a ênfase de Parmar sejam as fundações norte-americanas, notadamente Carnegie, Rockefeller e Ford, seu argumento empresta substância para a análise de outras fundações e programas paraestatais dos Estados Unidos e seus parceiros no exterior – intelectuais, representantes das elites políticas e econômicas de diversas partes do mundo, que ajudaram a construir e consolidar a hegemonia norte-americana, o imperialismo e a dominação cultural. No caso específico do Franklin, ele assumia como objetivo fomentar “culturas editoriais nativas” (*indigenous publishing cultures*), através de parcerias com as elites dos países em que atuava. Seu convênio com o Instituto Roberto Simonsen é ilustrativo.

Patrick Iber pondera, entretanto, que não é possível afirmar que esses representantes das elites intelectuais tenham

atuado meramente como “marionetes” do governo norte-americano. A Guerra Fria cultural definiu a agenda política e cultural da segunda metade do século, estabelecendo condições de financiamento de pesquisa, oportunidades acadêmicas e profissionais, políticas de edição e circulação de livros e, antes de tudo, uma linguagem de base ideológica que opunha o “mundo livre” aos regimes totalitários². A parceria com instituições norte-americanas tornou-se atrativa para uma direita acordante com as plataformas liberais, mas também para uma centro-esquerda (Iber, 2015). A Guerra Fria cultural, nesse sentido, envolveu artistas, intelectuais, editores e políticos latino-americanos de diferentes matizes na segunda metade do século XX, justificada pela comum agenda de promoção do desenvolvimento regional. Esses atores adotaram a perspectiva de interpretação e a linguagem que dividiam o mundo entre “norte e sul”, “centro e periferia”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento” e pactuaram com um projeto de modernização voltado à superação do “atraso” latino-americano, por meio de reformas políticas e sociais, industrialização e urbanização.

2 A própria construção da categoria “totalitarismo” tem a Guerra Fria cultural como pano de fundo. Originalmente associado à atuação dos impérios europeus, notadamente o britânico, o léxico foi atualizado entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 pela intelectualidade judaica europeia, entre ela o francês Raymond Aron e a alemã Hannah Arendt, assumindo a conotação que ainda carrega, associada à Alemanha nazista e à União Soviética sob Stalin (Losurdo, 2006). Após os trabalhos de Frances Stonor Saunders (1999; 2013), os usos políticos da tese de Arendt durante a Guerra Fria ficaram patentes. O livro *Origens do totalitarismo* tornou-se um dos maiores *best sellers* do século, traduzido e distribuído em mais de 170 países, graças ao patrocínio oculto da CIA.

Fundado como continuidade do fórum, quase duas décadas depois, o Instituto Roberto Simonsen também afirmaria ideias dessa natureza. A noção de desenvolvimentismo patrocinada pelo instituto baseava-se num nacionalismo mitigado e seu estatuto jurídico o tornava mais permeável para o desenvolvimento de atividades, sobretudo culturais, com uso de capital alheio, privado e estrangeiro. A despeito de uma noção de desenvolvimento voltada à solução dos “problemas nacionais”, o CBD atuou em conformidade com o pensamento de Simonsen sobre a relação entre capital nacional e investimentos externos, dependendo da parceria com o Franklin Book Programs para a consecução de suas atividades. Este artigo trata das relações entre as duas instituições e do modo como um nacionalismo compatibilizado com a agenda norte-americana durante a Guerra Fria cultural definiu os contornos das políticas editoriais do instituto para um Brasil “em desenvolvimento”.

Este artigo faz um percurso histórico das relações entre o Instituto Roberto Simonsen e o Franklin Book Programs, buscando avaliar em que medida a parceria e as políticas editoriais desenvolvidas através dela corroboraram o pensamento de seu patrono. O artigo segue dividido em três itens. O primeiro, “Roberto Simonsen: pensamento econômico, desenvolvimentismo, nacionalismo e capital estrangeiro”, apresenta uma análise, a partir da literatura, de aspectos do pensamento de Roberto Simonsen associados ao desenvolvimentismo e à articulação entre interesse nacional e capital estrangeiro. O item dois, “A instalação

do Instituto Roberto Simonsen: São Paulo, 1966”, trata do anúncio público da inauguração do IRS, por ocasião do “Dia da Indústria” e do aniversário de falecimento de seu patrono. O item 3, “Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book Programs: relações internacionais e políticas editoriais”, recupera o histórico de relações entre o IRS e o Franklin, enfatizando a busca do programa novo-iorquino por parceiros locais, a fim de fortalecer as “culturas editoriais nativas”, e algumas das publicações tornadas possíveis por meio do convênio.

ROBERTO SIMONSEN: PENSAMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTISMO, NACIONALISMO E CAPITAL ESTRANGEIRO

A homenagem da Fiesp e sua urgência em cristalizar a memória de Roberto Simonsen, através do fórum, demonstravam o propósito de conservar as ideias de um cânone da indústria nacional, que, nas palavras de Curi e Lima (2015), havia participado da esfera pública brasileira em múltiplas dimensões. Em 1928, por meio da criação do Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), Roberto Simonsen afirmou-se como líder da classe industrial paulista. Já àquele momento, demonstrava preocupação com a função social da indústria, a noção de desenvolvimento assentada nos interesses nacionais e uma busca pela harmonização do capital e trabalho que desaguardaria em um ardoroso anticomunismo (Leão, Pinto & Silva, 2015). Durante o Estado

Novo, esteve vinculado ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Após 1945, idealizou o chamado “sistema S”, partindo da fundação do Senai e do Sesi, órgãos ligados à Federação das Indústrias e destinados aos aspectos sociais do trabalho na indústria. A partir de 1946, como senador, ampliaria a crítica à luta de classes como um elemento fragmentador da sociedade brasileira e apoiaria a cassação dos mandatos comunistas e o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 1947 (Carone, 1971).

Suas atividades como empresário e político foram entrecruzadas por uma ampla obra intelectual, que lhe rendeu referências no campo da história econômica do Brasil, chegando a ser chamado de “intelectual orgânico dos industriais” (Barreto, 2017). Essa produção começou a partir da década de 1930 e, ao mesmo tempo em que tinha um caráter “imediatista” e nacionalista, voltado à solução dos assim chamados “problemas brasileiros”, também se voltou para um interesse histórico e para o alcance dos temas globais. Para Edgar Carone (1971), o que torna a contribuição de Simonsen “grandemente superior à da maior parte dos nossos teóricos anteriores do pensamento industrial” é que, para ele, “conhecimento histórico é também análise dos fatores geográficos e demográficos, econômicos e financeiros, de problemas sociais etc.”.

A literatura tem se empenhado em demonstrar que Roberto Simonsen produziu um pensamento original sobre o desenvolvimento brasileiro, ainda que

influenciado por teorias em voga em países como a Alemanha e os Estados Unidos, representando mais do que uma mera antítese política ao economista liberal Eugênio Gudín, seu contemporâneo. Conforme Cavalieri e Curado (2016), a ênfase na realização de estudos empíricos sobre os fenômenos sociais para lastrear cientificamente posteriores políticas públicas afinava Simonsen à filosofia do controle social, amplamente em voga nos Estados Unidos no período. Um outro aspecto era a defesa do planejamento econômico como instrumento de transformação da economia brasileira, contrapondo-se à ideia de que o planejamento era típico de regimes autoritários. Se, entre os autores norte-americanos, havia uma ênfase no planejamento como forma de garantir a estabilidade econômica, Simonsen compreendeu que ele também representaria uma forma de superação da pobreza no Brasil.

Nessa direção, o estudo das populações tornou-se, para Simonsen, como para os norte-americanos, uma preocupação central. No trabalho *Recursos econômicos e movimentos das populações*, proferido originalmente como palestra realizada em Washington, em 1940, e publicado no Brasil em 1943, Simonsen se colocava em diálogo com pesquisas em curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), que ele havia ajudado a criar, e com estudos norte-americanos como os de Carter Goodrich (1935; 1936). O argumento consistia em que as migrações eram resultado do desequilíbrio entre os recursos econômicos e o excesso de população em um determinado lugar. Nesse sentido, era tarefa estudar

o histórico dos movimentos populacionais para determinar políticas migratórias capazes de mitigar problemas sociais e produtivos. Para Simonsen, a preocupação com a questão populacional deveria ser permanente, a fim de evitar o desperdício do escasso capital nacional e favorecer a migração do campo para as zonas industriais urbanas. Enquanto São Paulo sofria com carência de mão de obra, por exemplo, as regiões Norte e Nordeste, além do estado de Minas Gerais, concentravam uma população ociosa em áreas de agricultura decadente. Nessa direção, o argumento pró-indústria de Simonsen reverberava claramente o dos norte-americanos (Cavalieri & Curado, 2016).

Conforme Leão (2015), havia nesse período três correntes desenvolvimentistas. A primeira, antiliberal e favorável ao apoio estatal à acumulação privada, abrigava distintas concepções sobre o nível de participação estatal e do capital estrangeiro. A segunda consistia em um desenvolvimentismo “não nacionalista”, que defendia o apoio estatal à industrialização, mas advogava pela prevalência dos interesses e das ações da iniciativa privada. Roberto Simonsen foi o mais importante representante da primeira corrente, cujas ideias foram a base para o projeto de constituição de uma junta nacional de planificação no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, proposta por ele e pelos ministros Marcondes Ferraz e San Thiago Dantas, em 1944. À segunda corrente estavam vinculados Horácio Lafer, Lucas Lopes, Valentin Bouças, Ary Torres e Roberto Campos, que abandonaria paulatinamente a tônica nacionalista e, na década de 60,

assumiria claramente uma posição liberal. A terceira vertente, nacionalista, defendia a atuação estatal em setores estratégicos e tinha em Celso Furtado seu principal expoente (Leão, Pinto & Silva, 2015).

O desenvolvimentismo patrocinado pela elite industrial brasileira, afigurado no pensamento de Roberto Simonsen, nesse sentido, acompanhava a definição de Bielschowsky (apud Leão, Pinto & Silva, 2015) e se baseava nos seguintes princípios:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Fica aí denotada sua perspectiva estatizante, que ele chama claramente de intervencionismo do Estado, como financiador e agente de uma diplomacia que garantisse o desenvolvimento. Para Curi e Lima (2015), Simonsen era um pensador de múltiplas referências, e sua relação com autores germânicos como Friedrich List e Gustav Schmoller o aproximou de uma linhagem do pensamento econômico mais crítica ao livre mercado, conduzindo-o à

adoção de uma perspectiva nacionalista e não cosmopolita. Nessa direção, o industrial paulista incorporava “elementos do historicismo, do nacionalismo e do reformismo social”.

No que tange às relações internacionais, a noção de desenvolvimento no pensamento de Simonsen conjugava crítica ao imperialismo e defesa da cooperação internacional, levando a um nacionalismo mitigado. Nesse sentido, este artigo concorda com Carone (1971) que nacionalismo não significa, na obra de Simonsen, xenofobia, “mas tomada de posição consciente a favor do progresso de sua classe e dos interesses brasileiros”. Nessa direção, o industrial confrontava as afirmações de que a indústria brasileira era artificial e dependia de matéria-prima estrangeira, dos supostos conflitos entre a agricultura e a indústria, e defendia a cooperação entre campo e cidade como chave para o desenvolvimento nacional. Embora crítico ao imperialismo, defendia o uso de capitais externos e sua aplicação em benefício das duas partes, postulando que a substituição de produtos antes importados da Europa por produtos norte-americanos favorecia o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos, mas não do Brasil. Nessa direção, os acordos de cooperação econômica deveriam ser firmados tendo em vista “uma larga, permanente e recíproca interpenetração de atividades produtoras e de consumo, segurança que deveria constituir o seu principal objetivo [...]”, a fim de elevar as rendas nacionais dos dois países (Carone, 1971).

“[...] ao invés de servilmente copiarmos os modelos estranhos, com a preocupa-

ção de implantar aqui a grande indústria, sem corrigir seus inconvenientes, aproveitemos apenas os seus ensinamentos técnicos, e adotemos os necessários corretivos de ordem prática e social, para evitar a transplantação correlata de males verificados alhures do supercapitalismo industrial, desenvolvido ao sabor da lei do domínio do mais forte” (Simonsen apud Leão, 2015 [1973]).

Simonsen defendeu que o Brasil e a América Latina fossem incorporados ao Plano Marshall, a fim de garantir o maquinário importado para auxílio no aprofundamento da nossa industrialização. O industrial lamentava que o programa da Comissão Econômica, que elaborou o Plano Marshall, não tivesse incluído a América Latina, o que produziria impactos positivos na indústria, e justificava seu pensamento realçando a admiração pelos valores civilizacionais, democráticos e religiosos europeus, substrato das instituições políticas, sociais e culturais latino-americanas, argumentando que os norte-americanos deveriam atender às “legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente com o soerguimento econômico do homem europeu” (Simonsen apud Leão, 2015 [1973]).

O uso do capital estrangeiro para promover o desenvolvimento nacional foi acompanhado por uma defesa da harmonização entre capital e trabalho que tornou Simonsen um ávido anticomunista, novamente alinhando o industrial paulista às premissas norte-americanas na chamada Guerra Fria cultural. Para Simonsen, o interesse da nação se confundia com o

interesse dos trabalhadores, razão pela qual o sistema S cumpriria o papel de promover o desenvolvimento (qualificação profissional, lazer, saúde) dos trabalhadores, corroborando para o desenvolvimento nacional. Esse objetivo poderia “ser alcançado sem antagonismos violentos desde que se promova, inteligentemente, a cordial operação dos empregados, interessando-os na produção” (Leão, Pinto & Silva, 2015). Ainda segundo Leão, as ações do Sesi combinavam-se “com um paternalismo patronal e uma desejada solidariedade entre capitalistas e trabalhadores” (Leão, Pinto & Silva, 2015). O Sesi e o Senai representaram, durante a vida de Simonsen, instituições centrais para esse projeto: o combate à luta de classes. A criação do fórum, imediatamente após sua morte, e do instituto, muitos anos mais tarde, foi justificada como um chamado da classe industrial paulista para a “plenitude de suas responsabilidades”, para a promoção de atividades culturais que consagrassem um “humanismo industrial” no Brasil.

A INSTALAÇÃO DO INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN: SÃO PAULO, 1966

No dia 17 de maio de 1966, o jornal³ *Diário de São Paulo* anunciou a iminente

3 Os documentos referenciados neste artigo estão abrigados no fundo Franklin Book Programs, identificado como MC057, na Mudd Manuscript Library da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Sobre o Instituto Roberto Simonsen, especificamente: série 2, subsérie 3, caixa 84, pasta 15 (“Instituto Roberto Simonsen 1966-1971”).

instalação do Instituto Roberto Simonsen com a manchete “Fiesp/Ciesp comemora o ‘Dia da Indústria’ com instalação do Instituto Roberto Simonsen”. A comemoração, que se daria no dia 25 daquele mês, coincidia com a data de falecimento do “patrono da indústria brasileira”, “um dos iniciadores do esforço extraordinário” que se traduzia, àquele momento, “no [igualmente] extraordinário parque manufatureiro nacional”. A nascente instituição seria responsável por “realizar amplo programa cultural, de pesquisas tecnológicas, debates, estágios e treinamentos e de bibliotecnia para o desenvolvimento social e econômico, especialmente na área industrial”.

No dia 26 de maio seguinte, sob a manchete “Instituto Roberto Simonsen: marco na vida espiritual brasileira”, o mesmo jornal enfatizava o discurso de Raphael Noschese, presidente da Comércio e Indústria Sousa Noschese, da Companhia Hotéis e Imóveis S.A. e da Empresa de Mineração Esperança, que, desde 1962, presidia o complexo Fiesp/Ciesp, definindo a nascente fundação como “uma entidade cultural dirigida e estipendiada pela indústria” e, colocando-a ao lado do Sesi e do Senai, postulava que as três, “à maneira da Constelação Astral – o Cruzeiro do Sul – três estrelas norteiam os propósitos desta casa: o da paz social, através do Sesi, o da formação de mão de obra especializada, por intermédio do Senai, e o da formação de uma consciência industrializada, mediante o Instituto Roberto Simonsen”. O jurista e professor da USP Miguel Reale argumentou que, após o Sesi e o Senai, chegava o momento de a indústria chamar para si “a pleni-

tude de suas responsabilidades”, com as preocupações culturais.

O instituto, no entanto, ainda conforme as palavras do presidente, Noschese, não havia “caído do céu”, mas derivava do Fórum Roberto Simonsen, que havia 18 anos debatia “problemas de toda ordem” e propunha “expedientes resolutivos condizentes com nossa [do Brasil] formação histórica”. Entre as atividades do fórum, estavam o patrocínio de cursos e a edição de livros, que “foram um fator impressionante no panorama cultural do país”. “Limitações estatutárias”, contudo, haviam deixado muito por fazer, e a fundação do instituto, uma “entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos”, potencializaria o alcance das atividades culturais do complexo das instituições da indústria paulista.

A “consciência industrializada” fazia parte do que o presidente designava “humanismo industrial”, a saber:

“[...] uma espécie de redescobrimto do homem como homem, sendo a consequência a afirmação da plenitude humana enquanto pessoa, na acepção cristã do termo. Valorizando ao máximo o ser humano, limando as arestas dos conflitos estamentais, harmonizando os indivíduos entre si, independentemente das classes sociais, buscamos um ponto de equilíbrio”.

Sob esse argumento, cabia ao IRS, como ferramenta para a consecução das “nobres causas patrocinadas pelos homens da indústria paulista”, adotar como meta “a difusão do hábito da leitura em círculos populacionais cada vez mais amplos”.

Mário Barroso Ramos, que assumia como diretor executivo do instituto, afirmava, em discurso proferido na mesma ocasião e reproduzido em jornal, que “era objetivo promover edições de livros técnicos, manuais, monografias, ensaios etc.: estimular a formação por promoção de bibliotecas, especialmente bibliotecas de empresas, a formação por promoção direta, ou através de convênios, do respectivo pessoal, inclusive mediante concessão de Bolsas de Estudo”. O diretor executivo assumia, ainda, a importância de retomar a publicação da *Revista de História Econômica*, cuja breve publicação havia sido iniciada e interrompida em 1963, ainda sob a vigência do fórum.

Por isso, existiria na estrutura organizacional do instituto um setor específico dedicado às publicações de livros, o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento, a ser presidido por Mário Toledo de Moraes e cujo vice-presidente seria Thomás Aquino de Queiroz. Além deles, seriam membros do CBD Júlio Sauer Broni de Toledo, Maria Brás, Arnaldo Magalhães de Giácomo e o general Propício Machado Alves.

A despeito da inauguração formal em 1966, o instituto havia sido estabelecido aos 5 de agosto do ano anterior e, àquele momento em que era formalizado perante a sociedade brasileira, empossava os membros do seu conselho diretor e conselhos consultivos e departamentais. Curiosamente, as reportagens que mencionaram a comemoração e a instalação do instituto, baseadas nos discursos proferidos pelos seus diretores, focalizavam o papel cultural do instituto em corroborar as estratégias do sistema S

para o progresso material e espiritual do país. Não mencionavam, por outro lado, a existência de um importante parceiro do instituto, cuja aproximação com a elite industrial paulista antecedia em alguns anos a comemoração de 1966: o Franklin Book Programs.

INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN E FRANKLIN BOOK PROGRAMS: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS EDITORIAIS

Em 4 de agosto de 1965, o complexo constituído pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o Ciesp, pelo Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria, o Sesi, e pelo Departamento de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai, fez circular um convite para a inauguração da Fundação Roberto Simonsen (Ciesp/Fiesp), razão social do Instituto Roberto Simonsen. Em sua Escritura de Constituição, redigida em duas línguas, português e inglês, a nascente fundação, uma entidade civil sem fins lucrativos, previa a existência de uma divisão editorial, de documentação e biblioteconomia em sua estrutura organizacional. Suas atividades seriam: financiamento de pesquisas interessadas na solução dos “problemas nacionais”; de eventos acadêmicos sobre administração e sobre o mundo do trabalho, que aproximassem a universidade da indústria, ao tempo em que encaminhassem possibilidades de resposta a

desafios que se impunham ao desenvolvimento econômico e social do Brasil; preparação de mão de obra capacitada nas áreas de ciências sociais e econômicas, programação e administração de empresas; edição de livros afinados com os princípios do instituto; formação de bibliotecas; oferta de bolsas de estudos e organização de prêmios para pesquisas de relevo, que pudessem inspirar estratégias para o desenvolvimento nacional (Fundação Roberto Simonsen [Escritura de Constituição da Fundação Roberto Simonsen], 1965).

O Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento faria parte da Divisão Editorial, Documentação e Bibliotecnia, uma das três que organizariam o instituto. As duas outras eram Estudos Econômicos, Sociais e Políticos e Cursos, Seminários, Conferências e Bolsas de Estudos. Na Escritura de Constituição, o convênio do CBD com o Franklin era claro: do programa norte-americano adviria a maior parte dos recursos para custeio das atividades editoriais, em um conjunto de subvenções, doações e contribuições. Essa é umas das razões pelas quais o instituto foi criado em substituição ao antigo fórum, dotado de personalidade jurídica própria, independente de Fiesp, Ciesp, Sesi e Senai, que eram paraestatais e, portanto, recebiam recursos do governo federal brasileiro. Assim, embora o intercâmbio entre o instituto brasileiro e o programa norte-americano tenha, de fato, se iniciado em 1965, ele só seria consolidado e publicizado em 1966, quando a documentação de registro do instituto foi concluída. Ao final daquele ano, Toledo escreveria para Wilbur Knerr agradecendo pelo apoio aos

projetos editoriais já encaminhados naquele primeiro ano de parceria:

“Como é de conhecimento de V. S. estamos absolutamente confiantes nos resultados que em prol da publicação e difusão do livro, como elemento primordial para o desenvolvimento cultural e econômico do país, advirão do Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), órgão departamental do Instituto ‘Roberto Simonsen’. [...] Estas breves considerações, que reputamos auspiciosas, são feitas para melhor ressaltar o significado da valiosa e apreciada cooperação do Franklin Book Programs, cuja integração no Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento propiciou ao órgão realizar atividades que são da maior importância para sua dinamização programática já no corrente exercício e sobretudo no ano próximo” (Moraes [Carta a Wilbur Knerr], 16 de novembro, 1966).

Em 30 de agosto daquele mesmo ano, Mário Barroso Ramos havia escrito para Wilbur Knerr dando conhecimento sobre o CBD. Ao que parece, entretanto, tratava-se de mera formalidade, uma vez que o Franklin já era representado no centro pelo general Propício Machado Alves, diretor assistente da Ao Livro Técnico Editora e também interlocutor do programa norte-americano com o Centro de Bibliotecnia do Ipês. Naquela ocasião, Ramos solicitava a Knerr o pagamento dos direitos autorais do livro *The coming age of wood*, justificando a demanda sob o argumento de que a publicação no Brasil tinha finalidade “técnico-cultural” e não “comercial”.

Em 23 de maio de 1967, Vicente Chilverini, engenheiro e professor da Escola Politécnica da USP, além de diretor executivo do CBD, enviaria nova correspondência ao Franklin, solicitando o pagamento de direitos autorais para publicar 3 mil exemplares de *The coming age of wood*, alegando que o livro favoreceria o uso de madeira na indústria. O pedido foi atendido e, na ocasião, Knerr aproveitou para lembrar que, dada a natureza das atividades previstas para o CBD, os projetos do programa norte-americano cumpridos através do centro não levariam o seu nome, mas o nome do Instituto Roberto Simonsen. A clandestinidade não era uma premissa das atividades do Franklin, mas esse parece ter sido um acordo entre as duas instituições, a fim de salvaguardar a imagem de independência cara ao instituto brasileiro. Mesmo assim, os livros que resultaram do acordo entre as partes traziam, na página de informações técnicas, acima da ficha catalográfica, a anotação de que resultavam da colaboração do Franklin Book Programs.

Embora o início das atividades do IRS e do Franklin tenha se dado em 1965, a primeira sondagem do programa norte-americano havia acontecido em 1961. Naquele ano, a primeira missão do programa foi enviada à América Latina, assim como à África Subsaariana, patrocinada pela Usaid e pela Fundação Ford. Na ocasião, o programa identificou lideranças do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL), do Instituto Roberto Simonsen e do Ipês, empresários e editores, mas adiou sua entrada efetiva no país, alegando que a situação de “instabilidade política do

país” criava condições desfavoráveis para o início das atividades (Oliveira, 2015; 2022; 2024). Após o Golpe de 1964, o Franklin retomou os contatos que havia iniciado antes, assegurando um conjunto de parcerias importantes, entre elas, as editoras Ao Livro Técnico, Artes Gráficas Gomes de Souza, Atheneu, Companhia Editora Nacional, Cultrix, Dominus, Editora da Universidade de São Paulo, José Olympio, Edgard Blucher, Empresa Gráfica O Cruzeiro, Globo, Guanabara Kooogan, Lidador, Melhoramentos, Mestre Jou, Pioneira e Record, além da Associação Brasileira de Técnicos Gráficos (ABTG), das Escolas Profissionais Salesianas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). A lista dos livros publicados através do programa em língua portuguesa está disponível na Divisão de Livros Raros da Biblioteca do Congresso Americano e pode ser consultada *online*.⁴

Em São Paulo, os principais parceiros do Franklin, além do IRS, eram Mário Fittipaldi, diretor da Editora das Américas e presidente da CBL; Arnaldo Magalhães de Giácomo, administrador de vendas da Companhia Melhoramentos; Thomaz Aquino de Queiroz, diretor editorial da Companhia Editora Nacional, e Enio Guazzelli, diretor administrativo da Livraria Pioneira. Foi através dessas relações que o programa nova-iorquino assegurou a publicação de títulos tais como: *Offset – princípios básicos de impressão*, de Charles Latham, e *Processos de produção de chapas*, de Robert Reed, ambos publicados em par-

4 Disponível em: <https://www.loc.gov/rr/rarebook/pdf/FBPPortuguese.PDF>. Acesso em: 15/10/2023.

ceria com a Associação Brasileira de Técnicos Gráficos (que funcionava no mesmo prédio que o IRS, no Viaduto D. Paulina, 80) e o segundo também em parceria com o Ipês-GB; um guia com bibliografia universitária (obras de nível superior), selado pela Companhia Editora Nacional; o livro *Ensino e aprendizagem nas escolas médicas*, de George Miller, pela Companhia Editora Nacional e pela Editora da Universidade de São Paulo, com recursos do Fundo Commonwealth I; *Geografia de população*, de Jean Beaujeu-Garnier, e *Populações brasileiras*, de F. M. Salzano e N. Freire Maia, ambos pela Companhia Editora Nacional e pela Editora da Universidade de São Paulo, com recursos do The Population Council; *Entrosamento universidade – indústria – setor químico*, publicado pelo próprio IRS após realização de um seminário interno; o *Guia dos pais na escolha de livros para crianças*, de Nancy Larrick, também publicado pelo próprio IRS.

Fundamentado nas teorias da modernização, amplamente em voga em círculos políticos e intelectuais americanos do período, o projeto do Franklin Book Programs admitia, portanto, a relação com as elites locais como uma forma de assegurar a formação de lideranças, o que, no caso específico do programa, afigurava-se através da atenção às “culturas editoriais nativas”. Disso decorre a prioridade conferida à Fiesp como um dos *loci* de sua atuação no Brasil. Além disso, a publicação de manuais e livros técnicos indicava a clara relação estabelecida pelo programa – e sobretudo pelo Instituto Roberto Simonsen – entre letramento e formação de mão de obra, tal

como se pode notar no livro *Entrosamento universidade – indústria – setor químico*, publicado pelo instituto em 1971. O IRS cumpria, assim, ainda que timidamente, dado o pequeno volume de títulos que chegou a publicar, a missão de atualizar e manter vivas as ideias de seu patrono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Franklin Book Programs foi encerrado em 1978 e suas últimas publicações na América Latina datam de 1973. A crise do programa havia tido início em meados da década de 1960. Em 1967, Datus C. Smith, o mais importante diretor da história do Franklin, aposentou-se, em um momento que coincidiu com a redução drástica dos recursos destinados ao programa pelo governo norte-americano. Nesse mesmo período, teve fim o convênio do programa com a Usaid e a Fundação Ford, que havia garantido, no início dos anos 1960, sua entrada na África Subsaariana e na América Latina. A duração da Guerra do Vietnã e os desgastes econômicos que ela suscitou foram fatores importantes na busca pela redução dos gastos públicos nos Estados Unidos, especialmente com os chamados “programas culturais”, de cuja eficácia começava-se a duvidar àquele momento. Em 1972, o programa criou a campanha “*Friends of Franklin*”, que tinha como objetivo arrecadar doações de pessoas comuns para mantê-lo em funcionamento (Laugesen, 2017). Essas datas coincidem com a documentação encontrada sobre a presença do Franklin Book no Brasil. Ele finda em 1971, de maneira mais ou menos abrupta,

sem deixar entrever grandes motivações internas para o fim da atuação do programa no país.

Nos seis anos em que permaneceu no Brasil, o Franklin publicou um número expressivo de obras, mas a maior parte delas foi viabilizada através do Ipês e das editoras da Guanabara. Foi através desse convênio que o programa patrocinou, por exemplo, o projeto Bibliotecas Pré-Clínicas, uma parceria com a Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (Desu-MEC) para o provimento das bibliotecas universitárias de saúde de todo o país com traduções de livros norte-americanos (Oliveira, 2023). O Centro de Bibliotecaria para o Desenvolvimento do Instituto Roberto Simonsen teve uma atuação relativamente tímida. Dedicou-se a dois livros sobre artes gráficas, em parceria com a Associação Brasileira de Técnicos Gráficos, estabeleceu um convênio com a Editora da USP para publicação de dois livros sobre demografia e política de populações, produziu alguns guias e um livro baseado em evento sobre indústria química, entre outros. Produziu uma campanha de incentivo ao livro idealizada pela agência de publicidade norte-americana McCann-Erickson (Oliveira, 2015).

Embora representassem “pálidas iniciativas num Brasil repleto de favelas urbanas e más condições de vida rural” (Leão, Pinto & Silva, 2015), no entanto, o Instituto Roberto Simonsen realizou o projeto a que se propunha. Gozou de seu estatuto jurídico, valeu-se dos recursos provenientes do Franklin e cumpriu seu papel, como fundação, de servir de vetor às ideias de Roberto Simonsen, ainda entendidas, pela elite industrial paulista,

como atuais e relevantes para o contexto dos anos 1960. Se, 20 anos antes, Simonsen havia buscado nas teorias norte-americanas respaldo para desenvolver um pensamento sobre o Brasil assentado na lógica do controle social, do planejamento e do imbricamento entre conhecimento e política, àquele momento, quando as teorias da modernização projetavam-se nos Estados Unidos, afirmando a oposição entre sociedades tradicionais e modernas e imprimindo sobre elas o rótulo de “desenvolvidas”, “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento” (Gilman, 2007), as teses desenvolvimentistas continuavam tendo forte apelo no Brasil.

O nacionalismo mitigado de Simonsen, que admitia a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional e aspirava à ampliação do Plano Marshall para contemplar também a América Latina, encontrava eco na política externa norte-americana do período, que buscava ressonância nas elites nativas e entendia seu papel como fundamental para o alinhamento do Sul global às plataformas do chamado “mundo livre”.

A Guerra Fria cultural, com efeito, envolveu o aparato diplomático dos Estados Unidos e um conjunto de atores, entre eles, fundações norte-americanas e estrangeiras, responsáveis por afirmar a ideia de que o capitalismo podia ser “melhorado”, de que o comunismo deteriorava as relações sociais ao conceber a luta de classes como motor da história, e defendia uma composição harmônica entre capital e trabalho que garantisse o desenvolvimento nacional.

O sistema S foi criado precisamente com essa tarefa. No caso específico do

Instituto Roberto Simonsen, ele se voltava para as atividades culturais e, através do CBD, concebia o letramento como condição para formar uma classe operária mais qualificada. Quem eram, entretanto, os leitores dos livros publicados pelo instituto? A julgar pelas características dos livros, esses leitores eram tão diversos quanto difíceis de identificar. Robert Darnton (1990) argumentou, com precisão, que a recepção é a etapa mais difícil de mapear no processo de edição e circulação dos livros – esta é, portanto, a mais árdua tarefa para os historiadores do livro e da leitura. Alguns dados paratextuais dos livros podem indicar, porém, se não o leitor derradeiro, receptor último do livro, o leitor imaginado pelas editoras e fundações que se articularam por trás das edições. Se o *Guia dos pais na escolha de livros* parecia atender a um público específico, qual seja, a própria

elite industrial paulista, ocupada com sua descendência, os livros sobre artes gráficas também pareciam atender a um público endógeno, a saber, editoras e gráficas parceiras do CBD. O evento da indústria, por sua vez, reuniu um conjunto de intelectuais uspianos, realizando de forma paradigmática o ideal de articulação entre instituição de ensino e pesquisa, indústria e planejamento com o qual Simonsen havia sonhado. Os livros sobre populações, que contaram com o patrocínio do The Population Council, por outro lado, também corresponderam ao ideal do patrono e, embora desarticulados de um projeto político mais amplo, voltado à promoção de migrações internas controladas, acabaram coincidindo com fluxos demográficos mais ou menos espontâneos, em um momento em que o Sudeste se consolidava como a região industrial mais poderosa do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, G. "Roberto Simonsen: um intelectual orgânico dos industriais paulistas". *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e da 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói, 2017.
- CARONE, E. "Roberto C. Simonsen e sua obra". *RAE: Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, 1971, pp. 23-8.
- CAVALIERI, M. A. R.; CURADO, M. L. "As influências norte-americanas de Roberto Simonsen: controle social, institucionalismo e planejamento". *Estudos Econômicos*, v. 46, n. 2, abr.-jun./2016.
- CURI, L. F. B.; LIMA, D. B. M. "Roberto Simonsen and the Brazil-U. S. Trade Agreement of 1935: economic ideas and political action". *Nova Economia*, v. 25, n. 3, 2015.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- IBER, P. *Neither peace nor freedom: the cultural Cold War in Latin America*. Cambridge, Harvard University Press, 2015.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *Livros na América Latina*. Nova York, 31/jan./1962. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *Um resumo da Fundación Interamericana de Bibliotecologia Franklin: para o possível estabelecimento de uma filial brasileira*. Nova York, 31/jan./1964. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *A Resume – preliminary to the establishment of a Franklin Book Program in Brazil*. Nova York, 12 nov. 1964. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *Relatório anual*. Nova York, 1966. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. "Books published in portuguese", in *Franklin Book Programs Collection*. Library of Congress, s/d.
- GILMAN, N. *Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2003.
- GONÇALVES, M. S. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do Ipês*. Dissertação de mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- LAUGESEN, A. *Taking books to the world: american publishers and the cultural Cold War*. Amherst, University of Massachusetts Press, 2017.
- LEÃO, I. Z. C. C.; PINTO, T. L. de Q. R.; SILVA, N. G. "Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro". *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 1 (53). Campinas, abr./2015, pp. 177-99.
- LOSURDO, D. "Crítica ao conceito de totalitarismo". *Crítica Marxista*, n. 17. São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, L. de. *Guerra Fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá, Eduem, 2015.
- OLIVEIRA, L. de. "Franklin Book Programs: Guerra Fria e imperialismo cultural norte-americano". *Transatlantic Cultures*, 2022. Disponível em: <https://transatlantic-cultures.org/en/catalog/franklin-book-programs-guerra-fria-e-imperialismo-cultural-norte-americano>. Acesso em: 15/10/2023.

- OLIVEIRA, L. de. "O Franklin Book Programs e a Guerra Fria cultural na América Latina (1961-1973)", in M. A. M. L. Pereira; É. F. Pimenta (orgs.). *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís, EDUFMA, 2024.
- PARMAR, I. *Foundations of the American Century: the Ford, Carnegie, and Rockefeller foundations in the rise of american power*. New York, Columbia University Press, 2012.
- ROBBINS, L. S. "Publishing american values: the Franklin Book Programs as Cold War cultural diplomacy". *Library Trends*, v. 55, n. 3. Winter, 2007, pp. 638-50.
- SAUNDERS, F. S. *Who paid the piper: the CIA and the cultural Cold War*. Londres, Granta Books, 1999.
- SAUNDERS, F. S. *The cultural Cold War*. Londres, The New Press/ New York London, 2013.
- TRAVIS, T. "Books in the Cold War: beyond 'culture' and 'information'". *The Oxford Handbook of Propaganda Studies*, ago./2013, pp. 1-23.